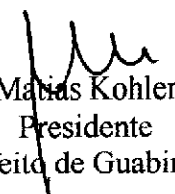


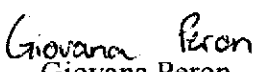
ATA DA 484ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, REALIZADA NO DIA ONZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE, POR MEIO DE VÍDEOCHAMADA.

Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às treze horas e trinta minutos, por meio de videochamada na plataforma ZOOM, realizou-se a quadringentésima octagésima quarta Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), presidida pelo vice-presidente institucional da entidade e prefeito de Benedito Novo, senhor Jean Michel Grundmann, e secretariada por mim, Giovana Peron. A assembleia contou com a participação do senhor José Gerson Gonçalves, prefeito do município de Apiúna; do senhor Mário Hildebrandt, prefeito do município de Blumenau; do senhor José Luiz Colombi, prefeito do município de Botuverá; do senhor Jonas Oscar Paegle, prefeito do município de Brusque; da senhora Simoni Mercia Mesch Nones, prefeita do município de Doutor Pedrinho; do senhor Kleber Edson Wan-Dall, prefeito do município de Gaspar; do senhor Valmir Zirke, vice-prefeito do município de Guabiruba; do senhor Ércio Kriek, prefeito do município de Pomerode; do senhor Marildo Domingos Felippi, prefeito do município de Rio dos Cedros; do senhor Paulo Roberto Weiss, prefeito do município de Rodeio; do senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do município de Timbó, e do senhor José Rafael Corrêa, diretor executivo da AMMVI, além de demais interessados, conforme registro de presença. Após declarada aberta a assembleia, com a constatação do quórum estatutário, o vice-presidente institucional deu início à reunião justificando a ausência do presidente e cumprimentando a todos, e apresentou a Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1 – Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 – Saúde; 3 – Eleições 2020; 4 – Cenário financeiro/fiscal; 5 – Fundeb; 6 – Assuntos gerais. Tratando do item um, foi confirmado o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para aprovação por correio eletrônico, e não havendo manifestações, esta foi aprovada. Passando ao item dois, foi dada a palavra ao senhor Cleones Hostins, diretor executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí (CISAMVI), o qual informou sobre a alteração do monitoramento de leitos por parte da Secretaria de Estado da Saúde, que antes era feita pelo Sisreg, e agora está sendo feita exclusivamente pelo SES-leitos, então a região também utilizará estes números. Em seguida, informou que ontem o índice de ocupação dos leitos COVID estava em 76%, e o geral em 82%, e que se durante o dia houver baixa para menos de 80%, a região passa ao nível grave na matriz de risco. Ressaltou também que ontem a região registrou o maior pico de casos recuperados em um dia, foram mil e trezentos, e que a cada dia há mais casos recuperados do que casos novos. Informou também que foi enviado ofício ao Estado solicitando alteração no cálculo da matriz de risco, para que seja levado em consideração a quantidade de internados por município na dimensão de ampliação de leitos, assim se tem uma visão mais clara sobre a situação da doença em cada região. Em seguida, o senhor José Rafael Corrêa citou que esta alteração pode ter impacto na matriz, e que será solicitado ao Estado que envie o resultado às regiões antes da divulgação, para que caso haja algum equívoco, ele possa ser corrigido. Passando ao item três, foi dada a palavra ao advogado Marcos Fey Probst, o qual cumprimentou a todos e destacou que no dia 15 de agosto já se iniciam uma série de restrições eleitorais, considerando o novo calendário com as eleições em novembro; deu ênfase à questão das desincompatibilizações e concessão de licença aos servidores públicos que desejam ser candidatos, das condutas vedadas, como publicidade institucional que não for relacionada à COVID-19, e orientou que os prefeitos não participem das lives realizadas pelas redes próprias da prefeitura. Falou também da utilização das redes sociais, e da proibição de contratar novos servidores, exceto em alguns casos liberados pela legislação, inclusive a Lei Complementar nº 173/2020. Lembrou ainda que a partir de 15 de agosto não há repasse de recursos voluntários da União e dos Estados em obras novas, e que cada caso precisa ser analisado também conforme o ente repassador. O advogado Marcos Fey Probst ainda respondeu alguns questionamentos pontuais dos prefeitos, principalmente no que tange a utilização das redes sociais durante o período até as eleições,

49 e também surgiram questionamentos sobre a Lei Aldir Blanc, ao qual o advogado informou que fará
50 um parecer sobre o tema. Dando sequência à pauta, no item quatro, foi dada a palavra ao senhor José
51 Rafael Corrêa, o qual apresentou o comparativo das receitas do Imposto sobre Propriedade de
52 Veículos Automotores (IPVA) e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do 1º trimestre de
53 2019 com o 1º trimestre deste ano, destacando que na média da região houve aumento na arrecadação.
54 Já no comparativo do 2º trimestre, o IPVA se manteve, porém houve queda no IPTU. Em seguida,
55 apresentou o comparativo de arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Fundo
56 de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da
57 Educação (Fundeb), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto
58 sobre Produtos Industrializados (IPI), do Simples Nacional e do Imposto sobre Serviços de Qualquer
59 Natureza (ISS) destacando que no 1º trimestre deste ano houve crescimento em quase todos, exceto
60 o IPI, porém em percentual menor comparado ao último ano; já no 2º trimestre houve queda
61 considerável em todos os índices na região toda. Citou também sobre a recomposição do FPM que
62 será feita até o mês de novembro, dos repasses da Lei Federal nº 173/2020, de algumas portarias,
63 emendas parlamentares, e da Lei Aldir Blanc que prevê recursos para o setor cultural, e destacou a
64 preocupação para o cenário dos próximos meses e do próximo ano, pois as recomposições feitas por
65 recursos oriundos do Governo Federal não recuperam o que foi perdido em todas as receitas. Mostrou
66 preocupação ainda sobre a incerteza do cenário da pandemia, com demandas reprimidas na área da
67 saúde, a necessidade de atingir os gastos mínimos nas áreas de educação e saúde, e também com a
68 necessidade de prestação de conta dos recursos recebidos. Em seguida, passando ao item cinco da
69 pauta, o senhor José Rafael Corrêa comentou sobre a aprovação na Câmara dos Deputados da
70 manutenção do Fundeb, a qual foi encaminhada para o Senado, e que há uma preocupação com os
71 critérios de distribuição dos recursos aos municípios, pois não estão totalmente claros e serão tratados
72 em lei específica. Falou também da preocupação com a alteração da forma de distribuição do ICMS
73 que o Estado deve realizar em até dois anos. Já no item seis, em assuntos gerais, o diretor executivo
74 da AMMVI lembrou sobre as reuniões dos próximos dias, onde serão discutidos os resultados da
75 matriz de risco do Estado e questões da educação. Também falou sobre o trabalho da assessoria em
76 tributação da Associação, que vem trabalhando em projetos para melhorar a arrecadação dos
77 municípios, os quais estão previstos para implantação no próximo ano. Por fim, nada mais havendo
78 a tratar, o senhor Jean Michel Grundmann, vice-presidente institucional da AMMVI, agradeceu a
79 todos e declarou encerrada a assembleia, e para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata que,
80 depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor diretor
81 executivo da AMMVI.


Matias Kohler
Presidente
Prefeito de Guabiruba


José Rafael Corrêa
Diretor Executivo


Giovana Peron
Secretária Executiva